

GT34: Direitos e Patrimônios culturais em tempos extremos

Renata de Sá Gonçalves, Patricia Silva Osorio

O GT Direitos e Patrimônios culturais em tempos extremos é proposto no âmbito das atividades do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA e pretende acolher pesquisas etnográficas que tematizem a relação entre patrimônios e direitos em seu cruzamento com os campos cultural, político, histórico e ambiental. Nos últimos anos, a grave crise sanitária que enfrentamos, grandes projetos econômicos, crimes ambientais e a descontinuidade de programas patrimoniais ameaçam patrimônios vitais a diferentes populações marginalizadas. A intenção é a de inserir o "campo do patrimônio" na confluência da reflexão sobre direitos patrimoniais, políticos, históricos e ambientais. O GT objetiva ainda refletir sobre as contribuições e os desafios do fazer Antropologia em tempos extremos.

Reflexões sobre o acesso aos direitos culturais e patrimoniais e o desenvolvimento sustentável: o patrimônio cultural imaterial e a Agenda 2030 do desenvolvimento sustentável

Autoria: Luciana de Araujo Aguiar

A comunicação tem por objetivo refletir sobre como o acesso aos direitos culturais e patrimoniais contribuem para o desenvolvimento sustentável. A análise será feita a partir da contribuição do patrimônio cultural imaterial para a Agenda 2030 do desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 é um conjunto de ações e práticas aprovadas pelos países-membros das Nações Unidas em setembro de 2015 que consiste em 17 objetivos a serem atingidos até 2030 de desenvolvimento sustentável. A perspectiva de desenvolvimento sustentável defendida pela ONU abarca três dimensões deste conceito: a econômica, a social e a ambiental. Trata-se de um novo modelo que busca promover os direitos humanos a nível global, reduzir a pobreza e as desigualdades, favorecer a educação para todos, promover o crescimento econômico por meio de trabalho decente, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas. O patrimônio cultural imaterial pode ser considerado como motor e viabilizador da sustentabilidade na medida em que contribui para a redução da pobreza, a criação de empregos, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável através do conhecimento e práticas locais tradicionais. Neste sentido, o acesso aos direitos culturais e patrimoniais são condições essenciais para a sustentabilidade, tal como definida na Agenda 2030, na medida em que eles são imprescindíveis para a liberdade, a dignidade humana, a construção da cidadania e para a inclusão social, além de serem fundamentais para a vinculação entre os sujeitos, a promoção da diversidade cultural e da identidade coletiva. A reflexão proposta nesta comunicação será feita a partir de textos produzidos pela UNESCO e pela ONU e de uma análise teórica sobre os direitos culturais. Palavras-chave: Patrimônio cultural imaterial, Agenda 2030, Desenvolvimento sustentável, direitos culturais.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

